

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 0022552888/2024 - HMSJ.CAOP.ACP

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

1.1 - Objeto da contratação:

1.1.1 - Contratação da prestação de serviço para leitura, recorte e envio das publicações constantes no Diário Eletrônico da Justiça de Santa Catarina (1º e 2º graus), no Diário Eletrônico da Justiça Federal de Santa Catarina e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Diário Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (1º e 2º graus), no Diário Eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no Diário Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Diário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal (STF), em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados (4 advogados)

1.2 - Especificações técnicas:

Item	Código	Denominação	Descritivo	Unidade	Qtde
01	17816	Leitura, recorte e envio de publicações nos diários oficiais da justiça.	Serviço de leitura, recorte e envio de publicações oficiais do Poder Judiciário em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados (4 advogados)	Serviço	01

1.3 - O serviço, por sua vez, abrange os seguintes órgãos do Judiciário: Justiça Estadual de SC (1º e 2º graus), Justiça Federal de Santa Catarina, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (1º e 2º graus), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Supremo Tribunal Federal (STF);

1.4 - O serviço de recorte buscará, diariamente, as publicações em nome do Hospital Municipal São José e dos advogados do Hospital, relativamente aos seguintes nomes: Luciana Altmann Tenório, Rodrigo Prado Fernandes, Anaceli Brancher e Renato Cava Galvão.

1.5 - A contratação trata-se de serviço comum.

1.6 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

1.7 - O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses de vigência, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI 23.0.185606-7, consiste na contratação da prestação de serviço para leitura, recorte e envio das publicações constantes no Diário Eletrônico da Justiça de Santa Catarina (1º e 2º graus), no Diário Eletrônico da Justiça Federal de Santa Catarina e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Diário Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (1º e 2º graus), no Diário Eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no Diário Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Diário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal (STF), em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados (4 advogados), conforme especificações do presente Termo de Referência.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Critérios e práticas de sustentabilidade

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

4.2 - Da subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.4 - Da garantia dos serviços e materiais empregados

4.4.1 - Os serviços deverão ter garantia legal, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor.

4.4.2 - No caso de indisponibilidade do e-mail corporativo informado no subitem 5.3.1, os serviços deverão ser encaminhados para o endereço de e-mail **juridico.hmsj@gmail.com**

4.5 - Visita técnica

Não se aplica.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Equipe Mínima:

5.1.1 - A **CONTRATADA** compromete-se a colocar à disposição do **CONTRATANTE**, o número necessário de profissionais para o perfeito desempenho dos serviços e dos prazos, conforme previsto no Termo de Referência.

5.2 - Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

5.2.1 - Frequência: diariamente, durante todo o período do contrato;

5.2.2 - O serviço deverá ser iniciado em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da **CONTRATANTE**, considerando que o prazo de execução do serviço é de 12 meses.

5.3 - Local de execução dos serviços:

5.3.1 - O serviço é executado de forma online, a empresa contratada deverá

enviar, diariamente, todos os recortes de publicações judiciais em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados, para o endereço de e-mail **hmsj.uad.aaaj@joinville.sc.gov.br**, bem como comunicar este nosocômio sobre eventuais problemas no envio dos recortes de publicações por meio do referido e-mail ou telefone (47) 3441-6588.

5.3.2 - No caso de indisponibilidade do e-mail corporativo informado no subitem 5.3.1, os serviços deverão ser encaminhados para o endereço de e-mail **juridico.hmsj@gmail.com**

5.4 - Cronograma de execução dos serviços:

5.4.1 - A execução dos serviços será diária.

5.4.2 - Os serviços deverão ser executados a partir de setembro de 2024.

5.5 Garantia da contratação:

5.5.1 Quanto a garantia de execução contratual, considerando o objeto da contratação, para o presente caso é desnecessária, em virtude da prerrogativa prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1. Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.1.2. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

6.1.3. Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa n.º 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.6. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

6.2 - Gestor do Contrato:

A gestão do contrato será realizada pela Área Jurídica do Hospital Municipal São José, sendo também a responsável pela fiscalização do contrato, por intermédio da CAF - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

6.3 - Obrigações da Contratada específicas do objeto:

6.3.1 - Enviar, diariamente, todos os recortes de publicações em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados, para o endereço de e-mail hmsj.uad.aaj@joinville.sc.gov.br.

6.3.2 - Manter o sigilo e a segurança das informações na prestação dos serviços;

6.3.3 - Manter quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços;

6.3.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo **CONTRATANTE** atendendo prontamente a todas as reclamações;

6.3.5 - Promover a execução do serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

6.3.6 - A **CONTRATADA** deverá substituir, sem ônus para **CONTRATANTE**, no prazo de no máximo 05 (cinco) dias úteis, após notificada, o(s) produto(s) que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência, executando-o de acordo com a fiscalização da **CONTRATANTE**;

6.3.7 - Caso a **CONTRATANTE** constata qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da **CONTRATADA**, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela **CONTRATADA** sem ônus para a **CONTRATANTE**;

6.3.8 - Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato e comunicar diariamente sobre eventuais problemas no envio dos recortes de publicações;

6.3.9 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros;

6.3.10 - A Contratada responsabilizar-se-á pelo pagamento de todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros incidentes sobre os produtos;

6.3.11 - Deverá manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

6.3.12 - Será de responsabilidade da **CONTRATADA** todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

6.3.13 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **CONTRATANTE** referente à prestação do serviço;

6.3.14 - A **CONTRATADA** deverá manter todas as condições contratuais durante o período de execução.

6.4 - Obrigações da Contratante específicas do objeto:

6.4.1 - Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA**, devidamente identificados, às dependências da unidade, caso seja necessário e desde que previamente comunicado;

6.4.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, quando necessários ao fornecimento;

6.4.3 - Comunicar formalmente a **CONTRATADA** qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento e/ou realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

6.4.4 - Solicitar a substituição do(s) produto(s)/refazer o(s) serviço(s) que apresentarem defeito(s) ou vício(s) durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua instalação ou utilização;

6.4.5 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Termo de Referência;

6.4.6 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) produto(s) e serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Termo de Referência ou que fora constatado qualquer irregularidade.

6.4.7 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

6.4.8 - Manter o seu endereço eletrônico, junto à **CONTRATADA** atualizado, e com capacidade para receber as informações.

6.5 - Das sanções

6.5.1 - No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021.

6.5.2 - O procedimento destinado à aplicação das sanções será aquele definido na Instrução Normativa nº 04/2017, que regulamenta os procedimentos dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade e Reconhecimento de Dívida no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, ou outro ato que vier a alterar ou substituir.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do bem ou serviço, (ou) parcialmente de acordo com as medições em conformidade com o cronograma proposto;

7.2 - O(s) produto(s) / serviço(s) será(ão) recebido(s):

a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados após o recebimento das publicações, a **CONTRATANTE** realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se o serviço estiver conforme as especificações do presente Termo de Referência;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 7.2 "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo do(s) item (ns) não exclui a responsabilidade da(s) **CONTRATADA(S)** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do(s) futuro(s) Contrato(s);

e) Se a **CONTRATANTE** constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido no presente Termo de Referência, ou em quantidade diversa da solicitada, a **CONTRATADA** deverá providenciar no prazo estipulado no subitem 6.3.6, a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **CONTRATANTE** referente à prestação do serviço, visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no contrato, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.3 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência;

7.4 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.5 - A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento (glosa proporcional) no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **CONTRATADA**:

a) Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à contratada.

7.6 - A utilização do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

7.7 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.8 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto (medição mensal) ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada. A avaliação deverá ser encaminhada, via formal ou via correspondência eletrônica ao preposto da CONTRATADA a fim de tomar ciência do procedimento e da medição mensal;

a) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador; e

b) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e termo de contrato.

7.9 - O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, sendo vedado atribuir à CONTRATADA a avaliação.

7.10 - Os representantes do CONTRATANTE deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato;

7.11 - A fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021;

a) A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e anexos;

7.12 - O CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

7.13 - As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da IN 05/2017 - SEGES/MP, aplicável no que for pertinente à contratação; e

7.14 - A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material/equipamento inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço unitário, observada a margem de preferência legais.

8.2 - O proponente deverá apresentar:

a) Capital social ou patrimônio líquido mínimo, no percentual de 10%, conforme a Art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021.

Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

8.3 - Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

8.4 - Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

8.5 - Certificado de Regularidade do FGTS;

8.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

8.7 - Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de menor aprendiz;

8.8 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.9 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.10 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

8.11 - Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com os item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.12 - A contratação se dará por meio de Termo de Contrato assinado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

8.13 - Documentação compulsória para contratação

8.13.1 - Não se aplica.

8.14 - Da participação de consórcio

8.14.1 - Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Termo de Referência.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação encontra-se previsto no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras.

9.2 Para a presente contratação, há como valor estimado a importância de R\$ 708,25 (setecentos e oito reais e vinte e cinco centavos).

9.3 Foram utilizados os parâmetros indicados nos incisos IV do § 1º, do art. 23 da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA:

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no contrato e no Termo de Referência.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Arnoldo Boege Junior, Diretor (a) Presidente**, em 23/08/2024, às 16:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Alyn Avelino, Servidor(a) Público(a)**, em 26/08/2024, às 10:51, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022552888** e o código CRC **18894D1B**.

Av. Getúlio Vargas, nº 238, C.P 36 - Bairro Centro - CEP 89202-050 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.185606-7

0022552888v3